

O socialismo indígena de Mariátegui

AFONSO MANCUSO DE MESQUITA*

SÍLVIA BEATRIZ ADOUE**

Resumo: O indigenismo em Mariátegui só pode ser compreendido como socialismo indígena. Sua interpretação original da realidade peruana nos revela uma dupla heterodoxia, tanto do ponto de vista do indigenismo quanto da teoria socialista correntes em sua época. O primeiro defendia exclusivamente os elementos autóctones contra o poder imperialista e a segunda não reconhecia as particularidades latino-americanas na definição das tarefas revolucionárias Mariátegui, ao afirmar que o socialismo no Peru deveria ter como base as formas remanescentes de comunitarismo agrário indígena, supera ambas correntes e propõe uma síntese dialética ao pensar o socialismo peruano, condensada na proposição socialismo indo-americano.

Palavras-chave: indigenismo; José Carlos Mariátegui; marxismo; América Latina; desenvolvimento desigual e combinado.

Abstract: The theme of indigenism in Mariátegui's thinking can only be understood as indigenous socialism. His original interpretation of Peruvian reality reveals a double heterodoxy, both from the standpoint of current indigenism and the socialist theory of his time. The first one defends exclusively the autochthon elements to face the imperialist power. The second one didn't recognize the Latin American particularities to define the revolutionary duties. When Mariátegui states that the Peruvian socialism should be based on the remaining forms of indigenous agrarian communitarianism, he overcomes both (current indigenism and socialist theory) and offers a dialectical synthesis, condensed in a single proposition: Indigenous-American Socialism.

Key words: Indigenism, José Carlos Mariátegui, Marxism, Latin-America, Unequal and combined development.



* **AFONSO MANCUSO DE MESQUITA** é Mestre em Educação Escolar pela Faculdade de Ciências e Letras (FCL-Unesp) de Araraquara.



** **SÍLVIA BEATRIZ ADOUE** é Doutora em Letras pela FFLCH-USP (2009), Mestre em Integração da América Latina pelo PROLAM-USP (2001). Leciona na Escola Nacional Florestan Fernandes, é professora doutora na UNESP/Araraquara, parecerista da Revista Acadêmica Multidisciplinar Urutágua (UEM) e da Revista Eletrônica Espaço Acadêmico.



Por minha conta, o que afirmo é que, em relação à convergência ou articulação de “indigenismo” e socialismo, ninguém que considere o conteúdo e a essência das coisas pode surpreender-se. (José Carlos Mariátegui, 2005, p. 110)

Se a viagem dos intelectuais latino-americanos a Europa para beber nas “fontes da cultura universal” produziu mais de um curto-circuito no contexto da 1ª Guerra Mundial e ao longo dos anos de 1920, a viagem de Mariátegui foi imensamente produtiva para o marxismo. No gesto das vanguardas europeias e latino-americanas, a obra de Mariátegui é fonte inesgotável e renasce com grande vigor no nosso tempo. O diferencial da experiência de José Carlos Mariátegui com respeito à de outros quadros intelectuais, talvez deva ser creditada ao rico processo de massas

no Peru, que precedeu e que sucedeu a viagem do autor e militante.

Os filhos das elites latino-americanas, desde a segunda metade do século XIX, cumpriam com o rito iniciático do aprendizado em Europa. Concluídas as guerras pela independência e as guerras civis que as sucederam, consolidaram-se alianças entre os setores proprietários “criollos” e o mercado mundial. Essas independências capengas, com um par de honrosas exceções, que depois foram “colocadas na linha”, não cumpriram a promessa de terra e liberdade para os povos de Nossa América. Mesmo quando os habitantes obtinham o estatuto jurídico de cidadãos, a separação dos produtores dos meios de produção, notadamente a terra, tornou essa cidadania mais fonte de desamparo que de direitos. Os Estados que se consolidaram acima dessas alianças entre poucos, lamentavam a “barbárie”

do povo. Povo esse que deu seu sangue nas guerras e que produzia as riquezas. O ideologema que opunha “civilização e barbárie” era uma variação da oposição entre Europa e América, entre o porto que organizava a vida das cidades no litoral e o mundo rural e as minas do interior, de onde partia a “procissão dos milagres” que patrocinaram o progresso capitalista no Velho Mundo.

A grande crise mundial que estourou em 1914 e a grande guerra foram a culminação da aceleração do crescimento econômico propiciado pelas colônias e a exploração pós-colonial das novas nações. Novos territórios vinham sendo incorporados à sangria na segunda metade do século XIX. No Peru, comunidades intocadas desde a conquista, ou que conseguiam manter algum vínculo com o lugar de origem, apresentaram resistência às novas formas de exploração que as expulsavam das suas terras ancestrais. No período colonial, a última grande rebelião indígena aconteceu em 1760, e como consequência das modificações no status dos povos incaicos operadas pela passagem da coroa da casa dos Áustrias para a casa dos Borbões. Uma nova onda de exploração, primeiro da lã, e depois do minério, provocou uma série de sublevações indígenas desde a de Huaráz, em 1885, até bem entrado o século XX.

Assim, a primeira grande guerra e tais rebeliões foram resultado de um mesmo processo mundial de aceleração da acumulação do capital. Os intelectuais latino-americanos de visita na Europa testemunharam a guerra imperialista e suas consequências. Aqueles que foram para o Velho Mundo à procura de valores civilizatórios, depararam-se com o “mal-estar” que a civilização capitalista havia provocado. Onde a

decepção com a racionalidade e a democracia burguesas foi partilhada pelos intelectuais europeus com os colegas americanos. Decepção que se expressou, no campo da vida espiritual, numa concepção “heroica” da vida, segundo a qual só um gesto da vontade, e não o gesto autômato do progresso tecnológico, do trabalho alienado, poderia esconjurar a catástrofe. No fazer artístico, esse gesto deu origem às vanguardas. Na ação política, deu origem à revolução por um lado, ao fascismo por outro. O desencanto com a civilização capitalista tomou as formas de valorização do mundo primitivo, ou de um novo tipo de romantismo, que procurava no passado o ponto de inflexão que havia conduzido à catástrofe da guerra interimperialista. De maneira brutal, o progresso científico e tecnológico pensado em princípio como base material para o progresso espiritual, havia se separado dos objetivos dos seus produtores e foi colocado a serviço dos interesses do capital, o que, nessa hora, era colocá-los a serviço da destruição em larga escala. O trabalho intelectual, percebeu-se, também podia ser trabalho alienado. O olhar se voltava para as formações sociais que haviam sido menos alteradas pelo progresso capitalista.

Muitos intelectuais da periferia do capitalismo voltavam para seus países de origem. “O que nós matamos aqui ainda é vivo na América, na África”, pareciam dizer muitos pensadores europeus. A negritude, o indigenismo, o criollismo correspondem a esse gesto, diferentemente do negrismo, o indianismo e a gauchesca do século XIX. Ainda que uns e outros sejam falas formuladas por setores das elites intelectuais sobre um mesmo referente não letrado: o negro, o índio, o mestiço.

A produção artística que toma como referencial o mundo indígena, o faz desde uma posição contraditória, como é contraditória a posição do intelectual nos países periféricos. Mas há uma diferença entre o indianismo do século XIX e o indigenismo do século XX. E essa postura diferente é alimentada pelo poder de atração dos levantes indígenas que levavam quase meio século. A esse respeito, José Carlos Mariátegui diz:

Finalmente, não se pode equiparar a atual corrente indigenista com a velha corrente colonialista [refere-se ao indianismo]. O colonialismo, reflexo do sentimento de casta feudal, se entretinha com a idealização nostálgica do passado. O indigenismo, em troca, tem raízes vivas no presente. Extrai sua inspiração no protesto de milhões de homens. (MARIÁTEGUI, 2008, p. 317)

O que o indigenismo tem em comum com o indianismo é sua natureza heterogênea: “mestiça”. Tanto na tensão entre produção intelectual e o seu referente, como na própria heterogeneidade do contexto de produção, e que é característica do capitalismo na periferia. Mas, ao contrário do indianismo, o indigenismo nada tem de regressivo.

O indigenismo tal como o pensava e vivia Mariátegui não era uma intenção voltada ao passado pré-colombiano.

Fica, pois, esclarecido que da civilização incaica nos preocupa mais o que permaneceu do que o que morreu. O problema do nosso tempo não é saber como foi o Peru. É, sim, saber como é o Peru. O passado nos interessa na medida em que pode nos servir para explicar o presente. As gerações construtivas sentem o passado como uma raiz, como uma causa. Jamais o sentem como um programa. (MARIÁTEGUI, 2008, p. 317-318)

Mas o indigenismo de Mariátegui era a maneira como ele entendia a luta socialista em Peru. E aqui começa a revelar-se a natureza de sua contribuição original.

Por minha conta, o que afirmo é que, em relação à convergência ou articulação de “indigenismo” e socialismo, ninguém que considere o conteúdo e a essência das coisas pode surpreender-se. O socialismo ordena e define as reivindicações das massas, da classe trabalhadora. E, no Peru, as massas –a classe trabalhadora – são indígenas na proporção de quatro quintos. Nosso socialismo, pois, não seria peruano –sequer seria socialismo- se não se solidarizasse, primeiramente, com as reivindicações indígenas. Nessa atitude, não se esconde nenhum oportunismo. Não se descobre nenhum artifício, se se pensa por dois minutos no que é socialismo. Esta atitude não é postiça, fingida ou astuta. É apenas socialista. (MARIÁTEGUI, 2005, p. 110)

Muitos intelectuais contemporâneos de Mariátegui subescreveram um novo olhar para o passado autóctone em detrimento do modelo europeu. Destacam-se Haya de La Torre e os apriistas¹. Suas análises, no entanto, exaltam exclusivamente o elemento autóctone, desconsiderando todas as alternativas vindas da Europa, inclusive o socialismo marxista. Haya de la Torre, por exemplo, dizia que o marxismo não poderia servir de instrumento para a compreensão da realidade latino-americana por ser uma teoria importada.² O indigenismo não-marxista pode ser compreendido como o que considerava apenas os particularismos locais e culturais

¹ APRA – Aliança Popular Revolucionária Americana.

² Informação verbal de Ramiro Dulcich, 2011.

indígenas na busca pela superação da ordem imperialista.

Mariátegui mostra sua competência como intelectual marxista pela capacidade de pensar o presente simultaneamente às tarefas revolucionárias. Esta maneira de ver a luta socialista e reconhecê-la na luta dos indígenas partia, em grande medida, da tentativa de compreender como era a configuração particular do proletariado do país. O proletariado peruano, mesmo o trabalhador industrial ou de serviços, era de conformação recente e com um grande componente de origem camponês/indígena. E mantinha laços estreitos com seu território e sua comunidade, que era sua retaguarda em caso de desemprego. Para ampliar ainda mais nossa percepção, Mariátegui nos lembra que “o problema dos índios é o problema de quatro milhões de peruanos. É o problema de três quartas partes na população do Peru. É o problema da maioria”³. O fato de ele perceber que no geral as classes trabalhadoras no Peru eram basicamente indígenas terá profundas consequências em sua concepção do socialismo no Peru e da tarefa revolucionária, como veremos.

Ele também acentuava resolutamente a necessidade de pensarmos quais eram os instrumentos de trabalho fundamentais dos quais o proletariado havia sido expropriado: *a terra*.

O problema indígena se identifica com o problema da terra. A ignorância, o atraso e a miséria dos indígenas não são, repetimos, senão a consequência de sua servidão. O latifúndio feudal mantém a exploração e a dominação absolutas das massas indígenas pela classe

³ José Carlos Mariátegui, Amauta: *Peruanicemos al Peru*. Apud: Escorsim, 2006, p. 185.

proprietária. A luta dos índios contra os “gamonais” baseou-se invariavelmente na defesa de suas terras contra a absorção e o despojo. Existe, portanto, uma instintiva e profunda reivindicação indígena: a reivindicação pela terra. Dar um caráter organizado, sistemático, definitivo, a esta reivindicação, é a tarefa que temos o dever de realizar ativamente. (MARIÁTEGUI, 1991⁴)

A ligação do povo quéchua e seus herdeiros à terra é histórica e fortemente enraizada em suas tradições. Essa característica não passa despercebida aos olhos de Mariátegui. Ele enxerga nela a principal via para a compreensão do problema indígena. “A terra sempre foi toda a alegria do índio. O índio desposou a terra. Sente que ‘a vida vem da terra’ e volta à terra. Finalmente, o índio pode ser indiferente a tudo, menos à posse da terra que suas mãos e seu alento lavraram e fecundaram religiosamente” (MARIÁTEGUI, 2008, p.63). Além da porta de entrada à alma do índio, a terra também era o eixo da disputa entre as classes peruanas. O processo de colonização pode ter sua grande trajetória esclarecida como sucessivos despojos da terra por parte dos colonizadores e seus herdeiros *criollos*. Quando Mariátegui reivindica a cultura indígena, não o faz separando cultura espiritual e material:

⁴ O problema das raças na América Latina: Esse texto foi apresentado na I Conferência Latino-americana dos partidos comunistas. Nele definia “uma *estratégia política* que situava nas comunidades indígenas o ponto de partida para uma via socialista nos países indo-americanos” (LÖWY, In: MARIÁTEGUI, 2005, p. 22). Hugo Pesce e Julio Portocarrero o defenderam, pois JCM não pôde ir a Buenos Aires em razão de seus problemas de saúde. A ideia geral foi rechaçada pelo congresso fortemente estalinizado, revelando uma das polêmicas com o Komintern.

[...] O problema indígena já não admite a mistificação a que perpetuamente o submeteu uma turba de advogados e literatos, consciente ou inconscientemente mancomunados com os interesses da casta latifundiária. A miséria moral e material da raça indígena aparece muito claramente como uma simples consequência do regime econômico e social que sobre ela pesa há séculos. (MARIÁTEGUI, 2008, p. 54)

A militância, a formação intelectual marxista e a posição de classe de Mariátegui permitiram a ele conceber sua realidade de forma original. Ele não podia concordar com os demais indigenistas latino-americanos e tampouco com os marxistas ligados à IIIª Internacional, para os quais o caminho para a revolução socialista na América Latina não estava aberto. Em outros termos, para a IIIª Internacional já estalinizada, a revolução não poderia estar madura em nosso continente porque lhe faltava uma série de condições impreteríveis ao socialismo. Ao pensar uma alternativa para a América Latina “os socialistas peruanos e a Internacional optaram por caminhos diferentes. Para a Internacional, se tratava, como já o anotamos, de lutar por uma revolução ‘democrático-burguesa’; para os peruanos a meta era, com absoluta clareza, uma revolução socialista” (GALINDO, s/d, p. 44). Essa revolução “democrático-burguesa”, etapa necessária na caminhada ao socialismo exigiria, por exemplo, a conversão da propriedade coletivizada da terra, marca dos *ayllus*, em propriedade privada⁵. Para o grupo de Mariátegui, entretanto, o caminho era precisamente o contrário, como demonstraremos. Distante dos

indigenistas e dos marxistas da terceira Internacional, Mariátegui afirmou, praticamente sozinho, que o socialismo latino-americano deveria ser original e que a resposta para o problema do índio estava, também, em uma teoria da ação política que ele julgava universal (apesar de sua gênese europeia), o marxismo, como eles o concebiam. “(...) para eles o marxismo não era uma bíblia, mas sim um instrumento de análise, uma espécie de gramática, uma maneira de interrogar à realidade mais que um conjunto de definições e preceitos”. (GALINDO, s/d, p. 38)

O pensamento de Mariátegui compreende a questão indígena e socialismo um sob o olhar do outro. O vínculo do proletariado do país com formas comunais o predisponha um tipo de sociabilidade que só o socialismo permitiria que vingasse no conjunto da vida nacional. E a tradição comunal era prova do enraizamento dessa sociabilidade nas práticas do proletariado peruano. O comunismo, portanto, não era alheio às tradições populares da nação. Ao mesmo tempo, ele via apenas no socialismo a saída possível para os problemas indígenas, uma vez que recusava toda forma de retorno ao passado e também não deixava de vincular a questão da terra à pulsão capitalista pela propriedade privada. Assim, ele percebe que as formas comunais profundamente arraigadas na tradição indígena, principalmente a propriedade coletiva da terra, eram bases sólidas para o socialismo americano.

Esse tema já foi objeto de reflexão do próprio Marx. Sua opinião está expressa em carta pessoal à revolucionária russa Vera Zasulich⁶. Nela, ele diz

⁵ Tema sobre o qual Marx já havia se manifestado, como veremos na sequência.

⁶ (em inglês) acessível em: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1881/03/zasulich1.htm>

reconhecer que a Rússia tinha a experiência da propriedade coletivizada da terra e que não haveria motivos para supor que ela devesse ser convertida em propriedade privada – como aconteceu no caso europeu – para depois ser socializada. Ao contrário, ele via a comuna rural como ponto de apoio para a regeneração social em Rússia. Marx tinha a intuição “de que o socialismo moderno, em especial nos países de estrutura agrária, deve se enraizar nas tradições vernáculas, na memória coletiva camponesa e popular, nas sobrevivências sociais e culturais da vida comunitária pré-capitalista, nas práticas de ajuda mútua, solidariedade e propriedade coletiva da *Gemeinschaft* [comunidade] rural.” (LÖWY, In: MARIÁTEGUI, 2005, p. 23). E ainda:

Marx insistia na importância das comunidades rurais tradicionais – a *obshchina* – para o futuro do socialismo na Rússia. Em sua opinião, a abolição revolucionária do czarismo e do capitalismo nesse país poderia permitir “o retorno (*Rückkehr*) da sociedade moderna os tipo ‘arcaico’ de propriedade comunal”, ou melhor, “a um renascimento do tipo de sociedade arcaica sob uma forma superior”. Um renascimento que integraria, portanto, todas as conquistas técnicas da civilização européia. (Idem, p. 09)

O marxista peruano vê no *ayllu* e na relação do índio com a terra as bases para a organização socialista da vida, sem necessidade de copiar o caminho europeu.

O VI Congresso da Internacional Comunista assinalou mais uma vez a possibilidade, para os povos de economia rudimentar, de iniciar diretamente uma organização econômica coletiva, sem sofrer a longa evolução pela qual passaram outros povos. Cremos que, entre as

populações “atrasadas”, nenhuma reúne, como a população indígena inca, condições tão favoráveis para o comunismo agrário primitivo, subsistente em estruturas concretas e no profundo espírito coletivista, transforme-se sob a hegemonia da classe proletária, numa das bases mais sólidas da sociedade coletivista preconizada pelo comunismo marxista. (MARIÁTEGUI, 1991, p.244)

Como podemos notar nas duas citações seguintes, ao mesmo tempo em que o indigenismo servia de lente para ele compreender o socialismo europeu em suas tarefas particulares na América latina, o contrário pode ser afirmado como verdadeiro, pois ele via no socialismo uma lente para compreender a condição do índio e as formas possíveis para a resolução de seus problemas:

A reivindicação indígena carece de concreção histórica enquanto se mantiver em um plano filosófico ou cultural. Para adquiri-la, isto é, para adquirir realidade, corporeidade-precisa se converter em reivindicação econômica e política. O socialismo nos ensinou a colocar o problema indígena em novos termos. Deixamos de considerá-lo abstratamente como problema étnico ou moral para reconhecê-lo concretamente como problema social, econômico e político. E assim o sentimos, pela primeira vez, esclarecido e demarcado. (MARIÁTEGUI, 2008, p. 54)

Não queremos, certamente, que o socialismo seja na América decalque e cópia. Deve ser criação heroica. Temos que dar vida, com nossa própria realidade, na nossa própria linguagem, ao socialismo indo-americano. Eis uma missão digna de uma geração nova. (MARIÁTEGUI, 2005, p. 120.)

Nos fins da década de vinte no Peru, Mariátegui resolve a contradição local entre universalidade e particularidade na potente proposição do socialismo indo-americano⁷. É por essas razões que tanto o indigenismo como o socialismo em Mariátegui não podem ser comparados aos de seus contemporâneos. É do movimento dessa mútua transformação que vem a força e originalidade dialética de suas respostas aos problemas práticos que a revolução socialista encontrava em Peru.

O escritor peruano dedicou-se a estudar a composição social no Peru e o comportamento de cada setor. Inclui a composição particular do proletariado peruano. Essa é a forma pela qual Mariátegui compreendia sua realidade, usando a “*gramática marxista*”⁸, uma forma de interrogar a realidade. Devemos justamente deixar a realidade presente falar, sem perder de vista um princípio básico do marxismo, o de que a realidade não se entrega tão facilmente à compreensão, o aparente não coincide com a essência dos processos sociais. É preciso pensar a realidade para entendê-la. Foi exatamente isso que Mariátegui fez.

Se compararmos a nossa época à de Mariátegui, perceberemos já diferenças. Na época de Mariátegui, os indígenas constituíam 80% da população total de Peru. Apesar da urbanização e da penetração das “formas sociabilidade capitalista”, a sociabilidade do *ayllu* apresentava alguma permanência, na forma de elementos residuais, ao mesmo tempo adaptados e em tensão

com as formas hegemônicas. A crise capitalista do século XXI é ocasião para que alguns elementos residuais se ativem como elementos antagônicos. Por exemplo, o caso da relação da cultura indígena com a terra, muito diferente à da economia capitalista, problematiza a tensão entre o *desenvolvimento* e a *ecologia*. Tema que não estava presente no horizonte dos militantes socialistas dos anos de 1920. Mas o procedimento de Mariátegui para tratar o socialismo e a tradição do povo peruano aponta caminhos fecundos também para incluir o debate sobre uma outra relação entre a humanidade e o planeta. Aquilo que José Carlos Mariátegui chamava “elementos de socialismo prático” presentes na cultura humana e que podem ser desenvolvidos numa nova cultura emancipada de toda forma de dominação e exploração. Autores como Löwy resgatam o procedimento de Mariátegui para formular uma proposta ecossocialista⁹. O indigenismo oferece elementos para pensarmos não apenas a organização do trabalho social e o regime de propriedade, mas também nossa relação com a natureza, uma necessidade premente em tempos em que as potencialidades destrutivas do capital se

⁷ Lembremos que a IIIª Internacional estalinizada desconsiderava as particularidades dos países latino-americanos para pensar a tática dos Partidos Comunistas do continente.

⁸ Na expressão de Galindo (s/d, p. 38), que usa-a para descrever a forma como a delegação peruana (mariáteguiana) compreendia a tarefa e a função do marxismo.

⁹“O ecossocialismo é uma corrente de pensamento e de ação, que se reclama, ao mesmo tempo, da defesa ecológica do meio ambiente e da luta por uma alternativa socialista. Para os ecossocialistas, a lógica do mercado e do lucro capitalistas conduz à destruição dos equilíbrios naturais, com consequências catastróficas para a humanidade. Em ruptura com a ideologia produtivista do progresso em sua forma capitalista e/ ou burocrática e em oposição à expansão ilimitada de um modo de produção e de consumo incompatível com a proteção da natureza, esta corrente representa uma tentativa original de articular as idéias fundamentais do socialismo marxista e/ou libertário com os avanços da crítica ecológica” (LÖWY, 2008, p. 06)

mostram plenamente desdobradas em nosso século.

Se olharmos para os atuais atores da luta de classes veremos outra configuração, cujas características devem ser compreendidas também à luz das novas modificações do próprio capitalismo. Se olharmos para as recentes movimentações dos povos indígenas latino-americanos, veremos que grupos indígenas nunca antes mobilizados e que não tinham contato entre si se unem para lutar contra os grandes empreendimentos de mineração e infraestrutura para a expansão capitalista que afetam os seus territórios¹⁰ (BBC Brasil, 2012). Organizações como a Coiab¹¹ e a Coica¹² têm atividade pioneira de organização geral das reivindicações indígenas, o que representa uma nova forma de autoconsciência e de ação conjunta. Marcos Apurinã, coordenador-geral da Coiab afirma sobre a condição indígena: "Nossos problemas são praticamente idênticos aos dos indígenas dos outros países" (idem). Se investigarmos quais são esse problemas veremos que estão intimamente relacionados à geração de energia e à extração mineral.

Mas há outros casos, como os vários povos envolvidos entre Brasil e Peru na luta contra os impactos da rodovia Interoceânica, que ligará o nordeste brasileiro à costa peruana e que têm gerado crimes ambientais e mineração ilegal. Há ainda acordos que preveem a construção de seis hidrelétricas no Peru para abastecer o mercado brasileiro

(idem). Há também o caso dos Mudurukus, que se mobilizam contra a construção de cinco mega hidrelétricas na bacia do Tapajós¹³. Outra reportagem¹⁴ mostra outros pontos de conflito, lembrando do caso dos Mapuche que tentam desde 2008 anular um contrato para exploração de cobre dentro de suas reservas; dezoito etnias afetadas pela transposição do rio São Francisco; os huascoaltinos, do Chile, que lutam contra a mineração de ouro; povos da Colômbia que lutam contra o projeto do *Corredor de transporte intermodal*, ligaria Tumaco, no Pacífico, a Belém, no Brasil; indígenas equatorianos que lutam contra a extração de petróleo, indígenas guatemaltecos que lutam contra a extração de ouro; índios mexicanos contra a construção de rodovias; índios panamenhos contra rodovias e instalações elétricas; indígenas peruanos contra rodovia e exploração de petróleo e gás. Enfim, são inúmeros os exemplos do conflito entre os povos autóctones e o capital. O quê isso tem a ver com socialismo é a pergunta que temos que responder.

Se o socialismo é também uma nova cultura, ela surgirá dessas novas práticas. O socialismo não pode se basear num universalismo *a priori*. O universal humano só pode ser resultado de lutas comuns. O socialismo é um universal a ser conquistado.

¹⁰ Reportagem acessível em: <http://www1.folha.uol.com.br/bbc/1080099-indigenas-desafiam-fronteiras-e-se-unem-contras-grandes-obras-na-al.shtml>

¹¹ Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

¹² Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica

¹³ Acessível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/508765-indigenas-munduruku-qpor-isso-nao-queremos-mais-ouvir-sobre-essas-barragens-na-bacia-do-rio-tapajosq>

¹⁴ http://www.estadao.com.br/noticias/nacional/co_nheca-pontos-de-tensao-para-povos-indigenas-na-america-latina,864397,0.htm?p=1

Referências

BBC BRASIL. *Indígenas desafiam fronteiras e se unem contra grandes obras na AL*. Reportagem, abril de 2012. Acessível em: <http://www1.folha.uol.com.br/bbc/1080099-indigenas-desafiam-fronteiras-e-se-unem-contra-grandes-obras-na-al.shtml>

ESTADÃO. *Conheça pontos de tensão para povos indígenas na América Latina*. Reportagem, abril de 2012. Acessível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,conheca-pontos-de-tensao-para-povos-indigenas-na-america-latina,864397,0.htm?p=1>

GALINDO, Alberto Flores. *La agonía de Mariátegui: la polémica con la Komintern*. Fundación Editorial El Perro y la Rana. Caracas, s/d.

LÖWY, Michael. *Marxismo e emancipação na América Latina*. Revista Em Pauta: Entrevista a Marildo Menegat (UFRJ) e Elaine Rossetti Behring (UERJ), 2008. Acessível em: [http://www.e-](http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/56/55)

[publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/56/55](http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/56/55)

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Por um socialismo indo-americano*. Seleção e introdução: Michael Löwy, Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

_____. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. Trad. Felipe José Lindoso. São Paulo: Expressão Popular/CLACSO, 2008.

_____. *El problema de las razas en la América Latina*. In: QUIJANO, A. (selección, prólogo y notas introductorias) *José Carlos Mariátegui: textos básicos*. Fondo de Cultura Económica. Lima, 1991.

UNISINOS. *Indígenas Munduruku: "Por isso não queremos mais ouvir sobre essas barragens na bacia do rio Tapajós"*. Reportagem, abril de 2012. Acessível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/508765-indigenas-munduruku-qp-or-isso-nao-queremos-mais-ouvir-sobre-essas-barragens-na-bacia-do-rio-tapajosq>